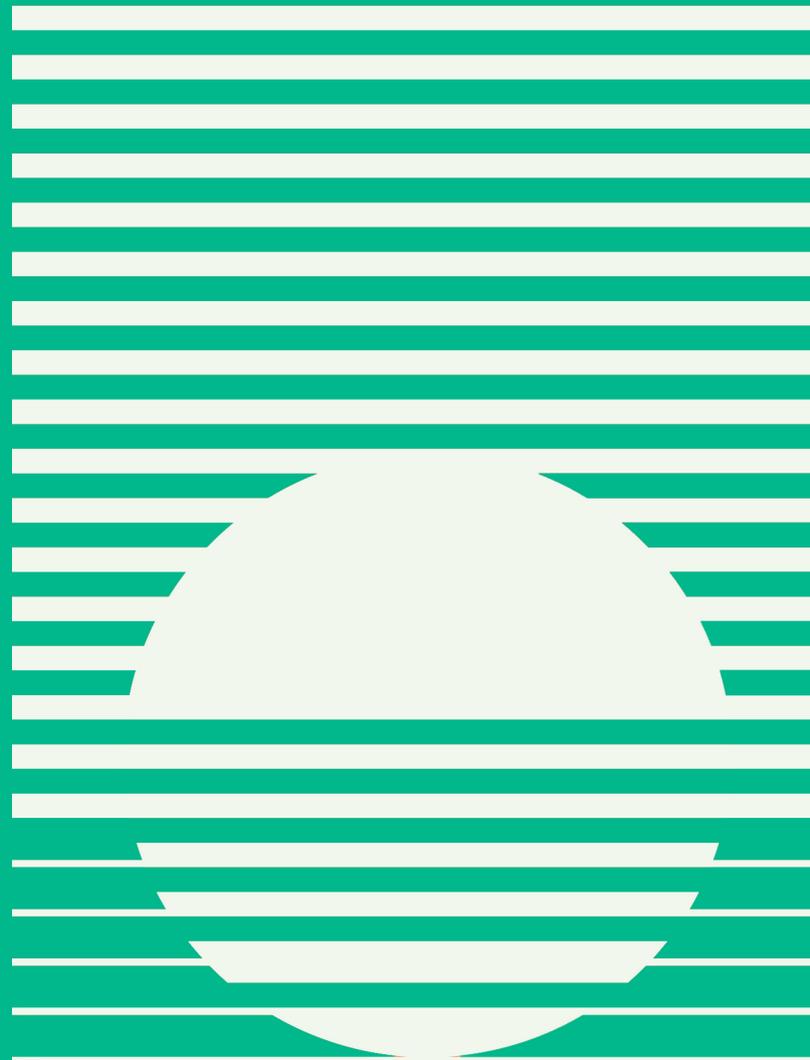


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



12
2017

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Editor Adjunto: Hugo Bras Martins da Costa

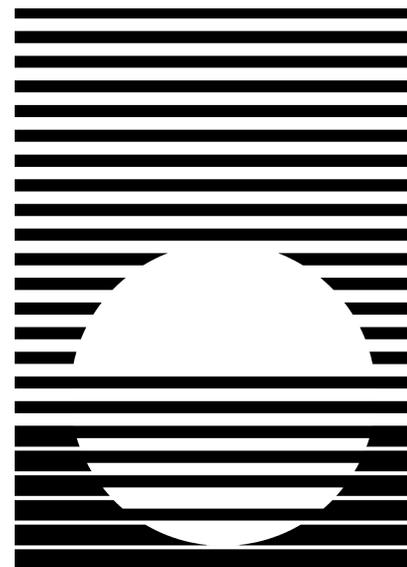
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Lodoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Livia Liria Avelhan, Luã Braga, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Timóteo Saba M'bunde.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Assinatura de Acordo de Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina
Descoberta de petróleo na Guiana desperta interesses internacionais
Após visitas de Morales ao Brasil e a países europeus, avança o projeto do Corredor Bioceânico

Página 05

O exercício da diplomacia na América do Sul
Paraguai recebe do Brasil presidência pro tempore do Mercosul
Investigações sobre a Odebrecht comprometem chefe de Estado peruano

Página 06

Crise política favorece concessão de indulto humanitário a Fujimori
Segundo turno das eleições presidenciais no Chile

Página 07

Vice-presidente do Equador é substituído e se aprofunda divisão da Alianza País
Desdobramentos da crise política venezuelana

Página 08

Conferência da OMC na Argentina gera protestos e termina sem acordos
A democracia latino-americana em xeque: as eleições em Honduras
Crise política e violação dos Direitos Humanos em Honduras

Página 09

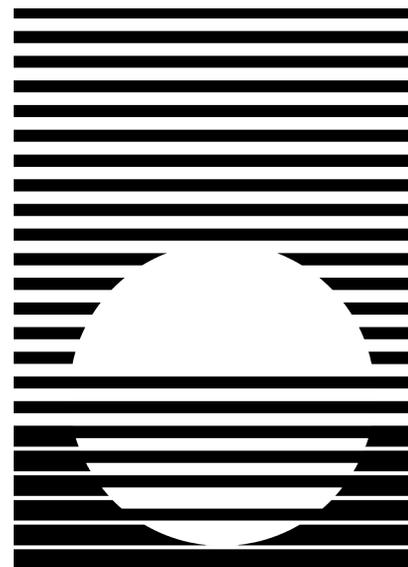
Uruguai é sede da XI Cúpula China-LAC
Ensaio de um novo modelo de cooperação chinesa: integrando os direitos humanos
Encontro anual de diplomatas chineses tem presença do presidente Xi Jinping

Página 10

África e países islâmicos aprofundam laços de cooperação
Muitos países do Sul desconsideram mudança de status de Jerusalém
Barreiras políticas para a migração internacional

Página 11

Desigualdades e hierarquias: a alta cúpula e a violência contra a



Assinatura de Acordo de Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina

Em 21 de dezembro de 2017, Brasil e Argentina – representados respectivamente pelos presidentes Michel Temer e Mauricio Macri – estabeleceram um acordo de cooperação nuclear. Os Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países emitiram comunicados oficiais informando que foi assinado um contrato entre a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências e a empresa argentina INVAP, com o objetivo de começar uma nova etapa na execução do projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). A imprensa argentina destaca que esse projeto de cooperação estava paralisado desde 2008 e que, neste momento, a parte de engenharia do reator – considerada a mais importante – poderá ser concretizada. O projeto já havia sido considerado estratégico pelos presidentes dos dois países em declarações conjuntas em julho e outubro de 2016. O acordo foi assinado logo após o fim da 51ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, realizada em Brasília. Em entrevista durante a Cúpula, o presidente argentino afirmou que os termos do acordo já haviam sido definidos. O papel da INVAP será o de prover um reator multipropósito para produção de radioisótopos destinados ao diagnóstico de doenças, permitindo o aumento do uso da medicina nuclear no Brasil e, também, a diminuição da dependência da importação desse insumo.

Fontes: [Ministerio de Energía y Minería de Argentina](#), 21/12/2017; [Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Argentina](#), 21/12/2017; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 21/12/2017; [Clarín](#), 21/12/2017; [La Nación](#), 21/12/2017; [El Economista](#), 21/12/2017.

Descoberta de petróleo na Guiana desperta interesses internacionais

Em 21 de dezembro de 2017, o presidente da Guiana, David Granger, visitou o Brasil e assinou dois acordos bilaterais referentes à construção de uma rodovia ligando os dois países que proporcionará um acesso brasileiro ao Caribe, e à perfuração de poços artesanais em comunidades indígenas com auxílio do Exército brasileiro para aliviar períodos de seca. O Brasil também anunciou a doação de 10 mil vacinas de rubéola, sarampo e caxumba, ao passo que a Petrobras demonstrou vontade de participar da exploração do petróleo que vem sendo descoberto no mar da vizinha e de cooperar em formação de pessoal técnico. O governo guianense avaliou que uma presença brasileira

nas atividades de Essequibo, onde estão as reservas encontradas, contribui para afirmar a sua soberania sobre o território, contestado pela Venezuela. No plano doméstico, o governo Granger terminou o ano de 2017 enfrentando críticas da imprensa após se descobrir que o acordo de prospecção de petróleo assinado em 2016 com a empresa estadunidense Exxon Mobil, até então mantido em sigilo, concedeu grandes vantagens fiscais e legais à companhia, além de ter envolvido o pagamento de um bônus de assinatura às autoridades que não havia sido declarado publicamente. O FMI pediu que a Guiana crie um fundo soberano para depositar a receita do petróleo e evitar corrupção, assim como sugeriu a criação de uma lei de responsabilidade fiscal para guiar as futuras despesas do governo. Em 06 de janeiro de 2018, a Exxon anunciou a descoberta de mais um poço de petróleo no país, o maior até então. Agora estima-se que a Guiana tenha cerca de 3,5 bilhões de barris de petróleo, o que a coloca como a quinta maior reserva da América Latina, atrás de Venezuela, Brasil, México e Equador. Trinidad y Tobago se ofereceu para servir como um futuro centro de refino, ao que o governo guianense respondeu que está estudando se usará o mecanismo do PetroCaribe ou instalações dos Estados Unidos para fazer o serviço.

Fontes: [Kaieteur News](#), 09/12/2017; [Kaieteur News](#), 20/12/2017; [Kaieteur News](#), 22/12/2017; [Estadão](#), 22/12/2017; [Kaieteur News](#), 30/12/2017; [Kaieteur News](#), 05/01/2018; [Kaieteur News](#), 06/01/2018.

Após visitas de Morales ao Brasil e a países europeus, avança o projeto do Corredor Bioceânico

No mês de dezembro de 2017, o projeto do Corredor Ferroviário Bioceânico de Integración (CFBI) ganhou quatro importantes adeptos: Brasil, Áustria, Suíça e Alemanha. Evo Morales, presidente da Bolívia, chegou dia 04 de dezembro ao Brasil para um encontro com Michel Temer, no qual o principal objetivo era a assinatura de um memorando sobre o projeto do Trem Bioceânico, que ligará o oceano Atlântico com o Pacífico. O corredor é um grande esforço da política externa boliviana e estava pendente da reunião com Temer, que, por motivos de saúde, já havia cancelado a visita duas vezes. No encontro, foi firmado o memorando que oficialmente coloca o Brasil dentro do projeto. A linha férrea passará entre os portos de Santos, no Brasil, e Ilo, no Peru. O projeto já contava com a participação do Peru, Paraguai e Uruguai. Além do Corredor Bioceânico, a visita de Morales também in-

cluiu debates sobre comércio (em especial, a respeito da venda da ureia boliviana ao Brasil) e sobre a construção de gasodutos e hidrelétricas. Além disso, a partir da reunião foi criado um Comando Conjunto entre os dois países e o Peru com o objetivo de monitorar delitos fronteiriços. Alguns dias depois, Morales viajou à Europa para firmar novos acordos sobre o corredor: com a Áustria, foi assinado acordo de cooperação técnica com a Universidade Tecnológica de Graz; a execução do corredor ficará por conta de um consórcio alemão-suíço, contando com mais de 30 empresas de ambos países. Com a adesão oficial do Brasil e dos países europeus ao projeto, os planos são que, em 2018, seja terminado o desenho do CFBI e, em 2019, a obra entre em execução.

Fontes: [La Razón](#), 05/12/2017; [El Deber](#), 06/12/2017; [El Deber](#), 06/12/2017; [El Deber](#), 14/12/2017; [La Razón](#), 14/12/2017; [La Razón](#), 14/12/2017; [La Razón](#), 15/12/2017.

O exercício da diplomacia na América do Sul

Em dezembro de 2017, dois episódios ligados ao exercício da profissão de diplomata repercutiram na mídia. No dia 23 de dezembro, a Venezuela declarou que o embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Pereira, era persona non grata, o que, na prática, significa a expulsão do diplomata do país. Dias antes, o governo brasileiro havia feito críticas a ações do governo venezuelano. No dia 26 de dezembro, o encarregado de negócios da Venezuela no Brasil, Gerardo Delgado Maldonado, também foi declarado persona non grata. Desde agosto de 2016, devido à crise diplomática causada por críticas do governo de Maduro sobre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a Venezuela retirou seu embaixador em Brasília, e o Brasil também retirou seu embaixador, Ruy Pereira – que ocupava o cargo desde 2013 – em Caracas. Pereira havia reassumido o cargo em maio de 2017, por decisão do chanceler brasileiro, Aloysio Nunes, que declarou ser importante ter na Venezuela um diplomata graduado e com condições de dialogar tanto com o governo quanto com a oposição. Outro episódio envolvendo a diplomacia na região aconteceu em 18 de dezembro, durante a VIII Reunião de Embaixadores e Cônsules da Bolívia. Na ocasião, o presidente Evo Morales fez declarações sobre o exercício da profissão de diplomata, destacando entre suas funções a de “identificar inimigos internos e externos”. Além disso, convocou os diplomatas bolivianos a divulgar ao mundo as conquistas da Bolívia nas áreas social, política e econômica.

Fontes: [La Razón](#), 18/12/2017; [El Deber](#), 18/12/2017; [Estadão](#), 23/12/2017; [El País Brasil](#), 24/12/2017; [Folha de S. Paulo](#), 26/12/2017.

Paraguai recebe do Brasil presidência pro tempore do Mercosul

Durante a 51ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, no dia 21 de dezembro de 2017, o Paraguai assumiu a presidência pro tempore do Mercosul, o país estará à frente do bloco por um período de seis meses, a contar de janeiro de 2018. Na ocasião, foi sublinhada a necessidade de aprofundar a liberalização do comércio entre os membros. O presidente Michel Temer, quem transferiu a seu homólogo Horacio Cartes a presidência do organismo, destacou a gestão brasileira na eliminação dos entraves comerciais, além de argumentar que foi resgatada a vocação original do Mercosul para o livre mercado, assim como para a democracia e os direitos humanos. Do mesmo modo, no marco da Cúpula, foram assinados acordos relacionados ao direito do consumidor e à liberação de compras governamentais. Após quase duas décadas de negociações, o Mercosul está próximo a assinar o acordo comercial com a União Europeia, sendo este o principal desafio da gestão paraguaia no bloco. Mesmo que os mandatários dos países do bloco se mostrem confiantes no acordo, o presidente uruguaio Tabaré Vázquez assinalou que depende exclusivamente do bloco europeu o avanço do mesmo, dadas as exigências relativas, em especial, a produtos como carne e etanol que têm dificultado o acordo. Na sua gestão do organismo, o Paraguai também espera nos próximos meses iniciar negociações com Canadá e Japão, assim como dar continuidade à aproximação com a Aliança do Pacífico com vistas a um futuro acordo comercial. Também em dezembro de 2017, o Paraguai foi designado para liderar até o ano 2019 o grupo de Países em Desenvolvimento sem Litoral (PDSL), grupo que faz parte das Nações Unidas e que tem como objetivo gerar condições de igualdade com relação aos países que tem acesso ao mar.

Fontes: [La Nación](#), 21/12/2017; [Agencia Brasil](#), 21/12/2017; [ABC Color](#), 29/12/2017; [ABC Color](#), 30/12/2017.

Investigações sobre a Odebrecht comprometem chefe de Estado peruano

Após resultarem na condenação à prisão preventiva

dos ex-presidentes Alejandro Toledo e Ollanta Humala, as investigações envolvendo a empresa brasileira Odebrecht em casos de corrupção no Peru atingiram, em dezembro de 2017, o atual presidente do país, Pedro Pablo Kuczynski (PPK), que, por pouco, não teve seu mandato cassado pelo Congresso nacional. No dia 15 desse mês, o parlamento peruano, sob a liderança do partido de oposição Fuerza Popular, elaborou uma moção de vacância contra PPK sob a alegação de “permanente incapacidade moral” do mandatário, em função de seu suposto envolvimento na transferência de US\$782 mil feita pela Odebrecht a Westfield Capital, empresa de que Kuczynski é proprietário. Tais recursos foram destinados à remuneração de sete consultorias realizadas pela Westfield Capital a Odebrecht entre 2004 e 2007, período em que PPK ocupou o cargo de Ministro de Economia e Finanças (2004-2005) e de presidente do Conselho de Ministros (2005-2006) no governo de Alejandro Toledo. Em resposta às acusações, o mandatário peruano afirmou que as negociações entre ambas as empresas foram encabeçadas pelo seu sócio, Gerardo Sepúlveda, sem seu conhecimento e participação. Declarou ainda que o pedido de vacância articulado pela oposição configurava uma ameaça às instituições democráticas do Peru. Por fim, PPK solicitou a presença de observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) na votação parlamentar que definiria sua permanência ou remoção da presidência peruana. A despeito do nível recorde de desaprovação popular de Kuczynski, cujo partido é minoria no congresso, a oposição não conseguiu angariar a quantidade necessária de votos para a aprovação da moção de vacância. Faltou para tanto o apoio de dez parlamentares fujimoristas que, supostamente, teriam barganhado seu voto de abstenção em troca do indulto humanitário ao ex-presidente Alberto Fujimori, concedido por PPK no dia 24 de dezembro, apenas três dias depois da votação que o manteve presidente.

Fontes: [El Comercio](#), 14/12/2017; [El Comercio](#), 14/12/2017; [La República](#), 15/12/2017; [La República](#), 20/12/2017; [El Comercio](#), 21/12/2017; [La República](#), 21/12/2017; [La República](#), 21/12/2017; [El Comercio](#), 22/12/2017; [La República](#), 25/12/2017; [El Comercio](#), 26/12/2017; [El Comercio](#), 27/12/2017.

Crise política favorece concessão de indulto humanitário a Fujimori

No Peru, a crise política resultou no oferecimento de indulto por razões humanitárias ao ex-presidente Alberto Fujimori, condenado em 2009 a 25 anos de

prisão por corrupção e crimes contra a humanidade. Fujimori é mandante dos massacres de Barrios Altos (1991) e La Cantuta (1992) cometidos pelo Grupo Colina, parte do Exército peruano que cometia execuções extrajudiciais. Segundo diversos analistas e meios de comunicação nacionais, o governo do atual presidente peruano Kuczynski usou o indulto como moeda de troca para que o legislador Kenji Fujimori -filho de Alberto Fujimori- e outros congressistas, se abstivessem durante a votação pela destituição de Kuczynski, acusado de estar envolvido nos escândalos de corrupção da empresa Odebrecht. Entretanto, antes da concessão de liberdade a Fujimori, o presidente Kuczynski tinha apelado para o antifujimorismo, acusando abertamente o grupo do ex-ditador Fujimori de estar armando um golpe contra seu governo. No dia 28 de dezembro de 2017, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), condenou o indulto, reafirmando a gravidade dos crimes cometidos por Fujimori e questionando a transparência da junta médica que solicitou a liberdade do ex-presidente, que conta com a participação do médico particular de Fujimori.

Fontes: [BBC](#), 25/12/2017; [El País](#), 25/12/2017; [CIDH](#), 28/12/2017.

Segundo turno das eleições presidenciais no Chile

Em 17 de dezembro de 2017, foi realizado o segundo turno das eleições presidenciais chilenas. O ex-presidente Sebastián Piñera foi o vencedor deste pleito e volta ao cargo a partir de 2018. Ele superou o candidato de centro-esquerda, Alejandro Guillier, que era apoiado pela atual presidente, Michelle Bachelet. Com a apuração dos votos, Piñera obteve 54,57%, contra 45,43% de Guillier. A última pesquisa de intenção de votos, realizada pelo Instituto Cadem, divulgada no dia 1º de dezembro, apontava um empate técnico entre Piñera (39,8% das intenções) e Guillier (37,63). Em relação às principais propostas do governo eleito, destacam-se o objetivo de tornar o Chile membro do grupo de países desenvolvidos até 2025, a manutenção da gratuidade para quem já desfruta dela e o aumento da mesma para 90% dos estudantes de institutos de formação técnica com menos recursos. Também se propõe a alcançar o acesso universal e gratuito à educação infantil e a criar um “Ministério da Família” e um seguro contra doenças de alto risco, como o câncer. No plano internacional, Piñera ressaltou o aprofundamento do comércio e a promoção da livre circulação de bens, pessoas e capitais como foco das relações com a Argentina e com o Peru, in-

clusive afirmando o apoio à entrada desses países na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Chile é membro desde 2010. O governo Piñera aponta para uma estratégia de firmar tratados bilaterais de livre comércio e avançar na harmonização de regras para o comércio e investimento no âmbito da Aliança do Pacífico, em uma aposta de buscar relações fora da América do Sul, tendo já sinalizado interesse na China e na Índia, em um claro movimento de distanciamento do Mercosul.

Fontes: [Cadem](#), 05/12/2017; [Último Segundo](#), 17/12/2017; [Rede Brasil Atual](#), 18/12/2017.

Vice-presidente do Equador é substituído e se aprofunda divisão da Alianza País

Em 14 de dezembro de 2017, o vice-presidente do Equador, Jorge Glas, eleito em abril do mesmo ano, foi condenado pela justiça do país a seis anos de prisão por ter recebido dinheiro ilícito da construtora brasileira Odebrecht enquanto foi membro dos governos de Rafael Correa (2007-17). Como estava em prisão preventiva desde outubro, completaram-se, com o início de janeiro de 2018, três meses de afastamento do cargo, o que, pela Constituição equatoriana, acarreta em perda de mandato. O presidente do país, Lenín Moreno, enviou então à Assembleia Nacional uma lista tríplice de candidatas à vice-presidência, dentre as quais foi eleita, em 06 de janeiro, a atual vice-presidente, María Alejandra Vicuña, designada por ele para ocupar a função temporariamente desde outubro de 2017. A situação aprofundou críticas de aliados de Correa ao governo Moreno por entenderem que o julgamento e a substituição de Glas foram motivados politicamente. Os membros da Alianza País, partido de ambos, já falam abertamente na existência de uma ala “correísta” e outra “morenista” dentro do partido. Em evento realizado em 03 de dezembro de 2017, os correístas, com presença de Correa, expressaram o desejo de que Moreno seja expulso do partido e pediram à população que não apoie um referendo que o presidente marcou para o início de fevereiro com o intuito de reverter leis que foram aprovadas durante os governos de Correa. Este, por sua vez, passada a condenação de Glas, apresentou à OEA, em 15 de dezembro, uma queixa de que está havendo uma violação da ordem constitucional no Equador, ao que o secretário-geral da organização, Luis Almagro, respondeu que será feito um relatório técnico avaliando a situação institucional no país. A chancelaria equato-

riana expressou “mal-estar” com a decisão e afirmou que a OEA deve respeitar a ordem interna dos Estados.

Fontes: [El Mercurio](#), 03/12/17; [El Mercurio](#), 06/01/18; [El Mercurio](#), 14/12/17; [El Universo](#), 15/12/17.

Desdobramentos da crise política venezuelana

No dia 10 de dezembro de 2017, a Assembleia Nacional Constituinte e o presidente Nicolás Maduro declararam que os partidos que não participaram das eleições municipais não poderão candidatar-se ao pleito presidencial em 2018, no qual Maduro pretende lançar-se à reeleição. Os três principais partidos de oposição, Acción Democrática, Voluntad Popular e Primero Justicia boicotaram as eleições em dezembro por considerá-la ilegítima. O mandatário venezuelano também anunciou, ainda em dezembro, a criação de uma criptomoeda virtual, o petro, lastreada nas reservas de petróleo, gás, ouro e diamante do país. Com o objetivo de criar uma nova forma de financiamento, vencer o bloqueio financeiro estadunidense e combater a hiperinflação, que fechou o ano de 2017 em 2.616%, o petro deve entrar em circulação até março de 2018. Paralelamente, continuam as negociações entre oposição e governo na República Dominicana, mencionadas na Conjuntura Latitude Sul do mês de novembro. Em resposta a uma das demandas das negociações, mais de 40 presos por motivos políticos foram liberados pelo governo na véspera de Natal. Além disso, o ano de 2017 terminou com o estremecimento nas relações da Venezuela com o Brasil. A presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Delcy Rodríguez, declarou persona non grata o embaixador brasileiro na Venezuela, justificando a decisão pela violação do liame institucional no Brasil, em referência ao impeachment de Dilma Rousseff. O governo brasileiro respondeu com medida recíproca para com o encarregado de negócios estrangeiros da Venezuela no Brasil.

Fontes: [El País](#), 04/12/2017; [El Universal](#), 11/12/2017; [El Nacional](#), 24/12/2017; [El Nacional](#), 02/01/2018; [El Universal](#), 07/01/2018; [El Universal](#), 08/01/2018.

Conferência da OMC na Argentina gera protestos e termina sem acordos

Entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2017, ocorreu a 11ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires, na Argentina. A imprensa argentina deu destaque à realização dessa conferência, a primeira a ser feita em um país da América do Sul. Os jornais destacam a posição da Argentina no evento – e também de outros países emergentes – que é a de defender a eliminação dos subsídios agrícolas. Entretanto, salientou-se que não havia otimismo em relação a esse tema. O presidente Mauricio Macri inaugurou a Conferência com a chamada “Declaração de Buenos Aires”, assinada por todos os chefes de Estado dos países sul americanos, que se comprometeram com a abertura comercial do Mercosul. A imprensa argentina também noticiou os protestos da sociedade civil contra a Conferência Ministerial. Na ocasião, representantes do terceiro setor de aproximadamente 24 países protestaram pacificamente contra sua realização. Alguns dias antes do evento, o governo argentino tentou negar a entrada de 64 ativistas ao país, e chegou a deportar dois estrangeiros. Os governos do Equador e da Noruega repudiaram formalmente a decisão do presidente argentino. As organizações sindicais, sociais e políticas argentinas também marcharam contra a Conferência da OMC em Buenos Aires, e foram fortemente reprimidas pelo governo Macri. A impressão geral ao final da Conferência foi de que ela produziu poucos resultados concretos. Os jornais também informam que, paralelamente à conferência, havia expectativas de avanço das negociações de um acordo de livre-comércio entre União Europeia e Mercosul, o que também não ocorreu.

Fontes: [Clarín](#), 04/12/2017; [Clarín](#), 06/12/2017; [Clarín](#), 08/12/2017; [Clarín](#), 08/12/2017; [La Nación](#), 10/12/2017; [La Nación](#), 10/12/2017; [Clarín](#), 13/12/2017; [Clarín](#), 13/12/2017; [Clarín](#), 13/12/2017; [Clarín](#), 13/12/2017; [Clarín](#), 13/12/2017; [Clarín](#), 13/12/2017; [Clarín](#), 21/12/2017; [La Nación](#), 22/12/2017.

A democracia latino-americana em xeque: as eleições em Honduras

No dia 10 de dezembro, o resultado das eleições em Honduras foi divulgado pela comissão especial que realizava uma segunda apuração, com observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia (EU). O mês de dezembro foi marcado

pela repercussão da crise gerada pelas eleições presidenciais de Honduras, que ocorreu em 26 de novembro de 2017. Houve diversas manifestações de setores da oposição questionando a lisura do processo eleitoral e o governo de Honduras decretou toque de recolher por dez dias, dando ao exército e a polícia maiores poderes para reprimir os protestos dos opositores. Apesar da Constituição hondurenha proibir a reeleição presidencial, uma nova interpretação da Câmara Constitucional do país, que teve quatro membros ilegalmente afastados no atual governo, tornou possível a candidatura do então presidente Juan Orlando Hernández. Com isso, vários setores da sociedade ligados à oposição levantaram questionamentos quanto à legitimidade da candidatura de Hernández. Denúncias de irregularidades durante a eleição e a apuração agravaram o quadro de instabilidade política. Apesar disso, a comissão especial, em segunda apuração, deu vitória ao atual presidente. Antes mesmo do resultado da segunda apuração ser divulgado, os Estados Unidos, aliados do atual governo de Honduras, já davam sinais que apoiariam o segundo mandato de Hernández.

Fontes: [New York Times](#) 23/11/2017; [Folha de São Paulo](#) 30/11/2017; [G1](#) 02/12/2017; [Valor Econômico](#) 02/12/2017; [Folha de S. Paulo](#) 02/12/2017; [G1](#) 10/12/2017.

Crise política e violação dos Direitos Humanos em Honduras

No dia 26 de novembro de 2017, foram realizadas as eleições presidenciais em Honduras. Após a divulgação do resultado do pleito, a sociedade civil realizou protestos tendo como exigência a recontagem dos votos. Há reclames de que o atraso na divulgação do resultado beneficiou o presidente reeleito Juan Orlando Hernandez, do Partido Nacional (à direita) que, apesar da constituição de Honduras proibir a reeleição presidencial, conseguiu registrar sua candidatura por um segundo mandato consecutivo graças a um recurso na Câmara Constitucional, aprovado por deputados próximos ao presidente. A diferença de votos gerou suspeitas entre a oposição, uma vez que no dia 21 de novembro números previam uma vantagem de cinco pontos para o candidato Nasralla (líder da oposição composta por uma coalização de rearticulação entre centro e esquerda), e o Tribunal Superior Eleitoral hondurenho só divulgou o resultado oficial no dia 28 de novembro, dando vitória à Hernandez. A polícia respondeu às manifestações populares com bombas de gás lacrimogêneo e forte repressão. Foram registradas 14 mortes, centenas de feridos por

armas de fogo, além de dezenas de prisões arbitrárias. A situação preocupou relatores da Organização das Nações Unidas (ONU), da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e da Anistia Internacional. Esta última organização emitiu, no dia 11 de dezembro de 2017, um relatório denunciando o governo hondurenho por diversas violações de direitos humanos. A polícia de Honduras também está sendo acusada de espancamentos e assassinatos contra a população, que já sofre com as difíceis condições sociais do país, durante as rondas do toque de recolher. Estes acontecimentos ocorrem em meio à crise política e de legitimidade que as instituições políticas hondurenhas veem enfrentando após o golpe de Estado de 2009.

Fontes: [Telesur](#), 01/12/2017; [Telesur](#), 02/12/2017; [El País](#), 05/12/2017; [Anistia Internacional](#), 11/12/2017; [Telesur](#), 20/12/2017.

Uruguai é sede da XI Cúpula China-LAC

Entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro de 2017, foi realizada a XI Cúpula Empresarial China-América Latina e Caribe, em Punta del Este, no Uruguai. Os jornais uruguaios destacam que a realização dessa cúpula em solo uruguaio foi a maior dentre todas aquelas que foram sediadas na América Latina, contando com aproximadamente 2.400 empresários nacionais e estrangeiros. Além disso, também salientam que um dos eixos centrais das discussões consistiu em analisar as relações da América Latina com a China para além da questão comercial, focando sobretudo no papel que os chineses podem ter em matéria de cooperação na área de infraestrutura. A imprensa do Uruguai ressalta que o país necessita de um investimento de aproximadamente US\$ 12 bilhões nesse setor, nas áreas de energia, comunicações, transporte e serviços portuários. Os chineses mostraram-se interessados em investir por meio da modalidade de parceria público-privada (PPP). De acordo com os jornais uruguaios, houve um estreitamento de relações entre a China e o Uruguai durante a Cúpula, já que tanto os empresários uruguaios quanto os representantes do governo puderam se acerrar dos chineses para propor eventuais acordos comerciais. Um exemplo disso foi a assinatura de um acordo entre ambos os países para certificação da carne uruguaia na China, que colocará em prática uma plataforma de rastreabilidade, permitindo que os consumidores e restaurantes chineses possam se certificar em qual lugar do território uruguaio a carne foi produzida. Outro aspecto impor-

tante do evento foi a proposta da China, revelada pelo presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, de criar uma zona de livre-comércio com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Fontes: [El País](#), 01/12/2017; [El País](#), 02/12/2017; [El País](#), 02/12/2017; [El Observador](#), 02/12/2017; [República](#), 04/12/2017; [El Observador](#), 05/12/2017; [El Observador](#), 08/12/2017.

Ensaio de um novo modelo de cooperação chinesa: integrando os direitos humanos

Nos dias 07 e 08 de dezembro de 2017, a China recebeu delegações de mais de 70 países em um evento comemorativo do Dia dos Direitos Humanos (10 de dezembro). No primeiro dia do evento, o ministro das relações exteriores chinês, Wang Yi, destacou a importância de promover os direitos humanos, por meio da política externa e da cooperação para o desenvolvimento. Sem rejeitar a existência e a relevância de valores universais, Wang Yi argumentou que existem particularidades domésticas (sociais, políticas e econômicas) que não devem ser ignoradas. Por isso, segundo o representante chinês, há mais de um meio de proteger os direitos humanos, e que os países do Sul devem trabalhar em conjunto para esse fim, levando em consideração as especificidades domésticas de cada país ou sociedade. O documento final do encontro, que está sendo chamado de “Declaração de Pequim”, dá pistas sobre o futuro da política de cooperação chinesa para o desenvolvimento no mundo. Por exemplo, recém empossado embaixador da China na Etiópia, no dia 10 de dezembro, declarou que a cooperação entre os dois países deve abranger projetos em diversos temas (inclusive em direitos humanos, comércio e investimentos) e que poderia servir de modelo de cooperação Sul-Sul para outros países.

Fontes: [The Diplomat](#), 12/12/2017; [Xinhua Net](#), 14/12/2017; [AllAfrica](#), 15/12/2017

Encontro anual de diplomatas chineses tem presença do presidente Xi Jinping

Durante a reunião anual do Ministério de Relações Exteriores da China, que ocorreu na última semana de dezembro de 2017, o presidente do país, Xi Jinping, discursou sobre a importância de os diplomatas trabalharem pelo interesse nacional, servindo o povo

chinês, mas reforçou, principalmente, o dever do corpo diplomático de respeitar a liderança do Partido Comunista e de agir de acordo com as políticas que foram estabelecidas pelo Comitê Central da organização. “Absoluta lealdade ao Partido, ao país e ao povo é a raiz e o espírito dos diplomatas”, afirmou Xi Jinping em seu discurso. Para além do tom firme em relação às obrigações do corpo diplomático para com o Partido Comunista Chinês, Xi Jinping também agradeceu pelo trabalho dos diplomatas, reconhecendo as dificuldades que os mesmos encontraram nos últimos anos, especialmente no que diz respeito às questões de soberania nacional e desenvolvimento, e comemorando a participação da China na governança global e o sucesso de iniciativas como a “Belt and Road”. Jinping encerrou seu discurso reforçando a importância de expandir a rede de “amigos” da China nas suas relações internacionais.

Fonte: [Xihua Net](#), 28/12/2017; [China Daily](#), 29/12/2017; [People's Daily](#), 29/12/2017.

África e países islâmicos aprofundam laços de cooperação

No dia 21 de dezembro, o African Export-Import Bank (Afreximbank) e a International Islamic Trade Finance Corporation (ITFC) assinaram dois acordos de financiamento que, juntos, podem atingir o valor de 150 milhões de dólares para vários anos. Enquanto que o Afreximbank é composto por governos nacionais e por atores do setor privado africano, o ITFC é uma instituição privada que faz parte do Banco de Desenvolvimento Islâmico (BDI). Esses acordos sugerem que os países islâmicos e africanos estão diversificando as áreas e os mecanismos de cooperação entre eles. Segundo o CEO do ITFC, Hani Salem Sonbol, os acordos assinados estreitam os laços entre os blocos de países, com o objetivo comum de promover o crescimento sustentável, criar empregos e reduzir a quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza, por meio do fomento à produção e ao comércio em uma lógica de cooperação Sul-Sul.

Fontes: [AFREXIMBANK](#), 21/12/2017; [Premium Times](#), 21/12/2017; [CNBC](#), 24/12/2017; [SaudiGazette](#), 24/12/2017.

Muitos países do Sul desconsideram mudança de status de Jerusalém

Em 21 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou com 128 votos favoráveis, 35 abstenções e 9 votos contrários (votaram contra: Estados Unidos, Israel, Guatemala, Honduras, Ilhas Marshall, Micronésia, Nauru, Palau e Togo) uma resolução apresentada pela Turquia e pelo Iêmen que considera que qualquer decisão relacionada ao status de Jerusalém como capital de Israel deve ser considerada nula, sem efeito e deve ser cancelada. A medida vai de encontro à decisão de Trump, presidente dos EUA, de transferir a embaixada estadunidense para referida cidade histórica, no dia 06 de dezembro. Deve-se mencionar que no dia 18 de dezembro os EUA vetaram uma resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que condenava tal reconhecimento. Turquia, China, Índia, África do Sul e Brasil votaram favoravelmente à resolução e o México absteve-se. Além disso, diversos países emergentes declararam apoio à Palestina ao longo do mês de dezembro. O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, declarou que os líderes de maioria muçulmana precisam reconhecer Jerusalém como capital ocupada do Estado Palestino em resposta. Também argumentou que os EUA não poderiam ser mediadores na busca por um processo de paz na região. O ministro das relações exteriores da China, Wang Yi, reiterou o apoio a um Estado palestino independente com Jerusalém Oriental como sua capital. Além disso, o chanceler chinês pediu que os demais estados apoiem a solução de dois Estados e uma Palestina independente que goze de plena soberania com base nas fronteiras de 1967. Por sua vez, a Secretaria de Relações Exteriores (SRE) do México afirmou no Twitter que o Estado mexicano se absteve da votação para evitar maior polarização e que o seu governo respalda o diálogo para resolver o conflito na região.

Fontes: [Valor Econômico](#), 13/12/2017; [BBC](#), 21/12/2017; [Exame](#), 22/12/2017; [El Universal](#), 22/12/2017; [TRT](#), 23/12/2017; [UOL](#), 25/12/2017.

Barreiras políticas para a migração internacional

Em 12 de dezembro 2017, a Anistia Internacional divulgou novo relatório a respeito da situação de migrantes na Líbia. De acordo com a organização, governos europeus são cúmplices das violações de direitos humanos que têm ocorrido em território líbio. Países da União Europeia assinaram acordos

de cooperação com a Guarda Costeira da Líbia e prestam assistência técnica ao Departamento Líbio de Combate à Imigração Ilegal (DCIM, sigla em inglês) para tutela e detenção de migrantes e refugiados, de modo a limitar o acesso ao continente europeu pelo Mediterrâneo, processo também conhecido como externalização de fronteiras, e que se repete em outras regiões do mundo. Desde 2016 há uma política de retenção de migrantes, principalmente por parte da Itália – importante porta de entrada para Europa. Mesmo com estas barreiras impostas, muitas pessoas se arriscam a atravessar o Mediterrâneo, em 17 de dezembro de 2017 cerca de 270 pessoas foram resgatadas tentando chegar à Itália a partir do país norte africano. Os EUA também têm realizado ações no sentido de dificultar a migração internacional. No dia 02 de dezembro de 2017, o governo de Donald Trump anunciou a saída do Pacto Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) para Migração e Refugiados, assinado pelos 193 membros da Assembleia Geral da ONU em 2016. De acordo com o governo estadunidense, as prerrogativas do Pacto não são condizentes com as políticas migratórias dos EUA. A referida política, implementada no primeiro ano de governo de Trump, tem como característica o aumento de 40% do número de prisões de migrantes efetuadas pelo Serviço de Controle de Imigração e Aduanas dos EUA (ICE, sigla em inglês). Países do Sul Global também têm se posicionado de maneira contrária ao recebimento de refugiados, como o Quênia que em 2016 anunciou um plano para fechar o campo de refúgio Dadaab, maior campo de refugiados do mundo, com aproximadamente 240 mil pessoas. Em fevereiro de 2017, o Tribunal Superior do Quênia afirmou que o fechamento do campo seria uma medida ilegal, mas ainda assim há registro de ameaças por parte de agentes do governo queniano aos refugiados somalis. De acordo com a Anistia Internacional, os somalis que retornaram ao país de origem relataram viver em condições ruins em campos de refugiados superlotados. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, sigla em inglês) e Anistia Internacional afirmam que a Somália ainda não possui condições para receber, em larga escala, os refugiados de volta.

Fontes: [Semana](#), 04/12/2017; [El Universo](#), 05/12/2017; [Anistia Internacional](#), 12/12/2017; [El Universo](#), 17/12/2017; [Anistia Internacional](#), 21/12/2017.

Desigualdades e hierarquias: a alta cúpula e a violência contra a mulher

Em 2017, o dicionário estadunidense da editora Merriam-Webster elegeu feminismo a palavra do ano, pois foi o termo que gerou 70% das buscas na internet. Os momentos de maior busca foram a Marcha das Mulheres em Washington e o Movimento “Me too”, ambos apresentados em edições anteriores do Con-juntura Latitude Sul. Apesar de maior interesse dos internautas pelo feminismo, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres ainda persistem em nível global, demandando ações mais eficientes e articuladas por parte dos governos. Na França, no dia 24 de dezembro, o jornal El País reforçou que as denúncias de violência sexual aumentaram 30% em relação ao último ano e que a “hashtag Balancetonporc” (denuncie teu porco), influenciada pelo movimento internacional “Me too”, foi responsável por esse aumento. Nessas denúncias, destacaram-se o caso do produtor hollywoodiano Weinstein e o julgamento, iniciado em dezembro de 2017, de Georges Tron, ex-secretário de Estado e prefeito de Draveil, cidade ao sul de Paris. Tron é acusado por violação de duas de suas ex-funcionárias municipais. A crescente mobilização de mulheres para denúncia de assédio no plano internacional repercutiu de forma positiva no Brasil, encorajando as brasileiras a também expor seus assediadores. Pesquisa produzida pelo Datafolha e publicada no Jornal Folha de São Paulo no dia 23 de dezembro, mostrou que 42% das mulheres relatam já ter sofrido assédio sexual. No entanto, vale ressaltar que no Código Penal do país, assédio sexual é caracterizado apenas em casos de situação hierárquica entre as partes. Nesse sentido, estão tramitando no Congresso Nacional dois Projetos de Lei que possuem a intenção de criar um novo tipo penal mais amplo, que abarque os diversos casos de assédio não incluídos na situação de hierarquia. Casos de violência contra a mulher também estão presentes na alta-cúpula do governo brasileiro. Renato de Ávila Viana, atualmente exercendo o cargo de primeiro-secretário do Ministério de Relações Exteriores responde processo em segredo de justiça por espancar sua namorada, e é acusado de agredir duas mulheres, quando assumia postos diplomáticos no exterior. Conforme destacado pelo jornal Metrôpoles, em 19 de dezembro, Viana, apesar de denúncias recorrentes, permanece impune e o Itamaraty assumiu o compromisso de averiguar a veracidade

das denúncias a fim de tomar providências sobre o caso. Nesse cenário de desvantagens para a mulher, as brasileiras comemoram a recente vitória da aprovação da PL 4614/16 (Lei Lola) que dispõe sobre a prevenção e punição da violência contra as mulheres na internet, até então não penalizada de forma específica pelo país. O projeto de lei ainda precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente, no entanto, pode ser percebido como uma resposta da pressão da sociedade civil para que o governo tome providências em relação ao tema.

Fontes: [Geledés](#), 09/12/2017; [Time](#), 12/12/2017; [Metrópoles](#), 19/12/2017; [Folha de São Paulo](#), 23/12/2017; [El País](#), 24/12/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

